



ACÓRDÃO Nº 1164/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11722/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Ana Maria Belota de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DEAS
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6529/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas ds **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, Ordenadora de Despesas do Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha, referente ao exercício 2017, nos termos do art. 22, inciso III, da Lei Estadual nº 2.423/1996; c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, todos estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, devido à contratação informal vedada pela Lei n. 8.666/1993, sem estado de necessidade concreto comprovado no episódio, bem como a realização de despesa sem prévio empenho de maneira indiscriminada;
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, Ordenadora de Despesas do Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha, referente ao exercício 2017, nos termos do art. 54, II, da Lei Estadual nº 2.423/1996, devido à contratação informal vedada pela Lei n. 8.666/1993, sem estado de necessidade concreto comprovado no episódio, bem como a realização de despesa sem prévio empenho de maneira indiscriminada, no valor de **R\$ 15.000,00**; que deverá ser recolhida no



ACÓRDÃO Nº 1164/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Dar ciência ao HGGR e à Sra. Ana Maria Belota de Oliveira da decisão.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral